

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

PRESCRIÇÃO e DECADÊNCIA

3^a
edição

revista,
atualizada e
reformulada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 24.10.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Daniel Kanai
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T355p

Theodoro Júnior, Humberto, 1938-

Prescrição e decadência / Humberto Theodoro Júnior. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2024.

424 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia

Índice alfabético-remissivo

ISBN 978-65-5964-905-1

1. Direito civil – Brasil. 2. Decadência (Direito) – Brasil. 3. Prescrição (Direito civil). I. Título.

23-86666

CDU: 347.131.2(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

Sumário

Capítulo I Da Prescrição e da Decadência.....	1
1. O efeito do decurso do tempo sobre os direitos subjetivos.....	1
2. Prescrição e decadência.....	2
Capítulo II – Da Prescrição.....	5
3. A prescrição como extinção da pretensão.....	5
4. Visão histórica.....	9
5. Não é o direito que prescreve.....	11
6. Fundamento da prescrição.....	14
7. Prescritibilidade e imprescritibilidade.....	16
8. Sobre a imprescritibilidade da ação reivindicatória.....	24
9. A prescrição como evento próprio das pretensões patrimoniais.....	26
10. Requisitos da prescrição.....	27
11. A má-fé não é requisito da prescrição.....	28
12. Contagem do prazo prescricional.....	28
12.1. A <i>actio nata</i> no direito brasileiro e no STJ.....	30
12.2. A contagem do prazo nos diversos tipos de obrigações.....	36
12.3. Alguns julgados do STJ e do TJMG sobre o tema.....	39
12.4. Prazo para propositura da anulatória.....	59
12.5. Ônus da prova.....	59
13. Efeitos da prescrição.....	60
14. Ação, pretensão e exceção.....	62
15. Prescritibilidade das exceções.....	63
16. Direito comparado.....	66
Capítulo III – Da Renúncia à Prescrição.....	67
17. Renúncia à prescrição.....	67

18. Renúncia expressa e renúncia tácita	69
18.1. Inaplicabilidade da renúncia tácita do art. 191 do CC em desfavor da Fazenda Pública.....	72
19. Capacidade para renunciar à prescrição.....	72
20. Efeito da renúncia	73
21. Renúncia prejudicial a terceiros.....	74
22. Ação do terceiro prejudicado	74
Capítulo IV – Das Regras sobre Prazo e Momento de Invocação da Prescrição.....	77
23. Natureza das regras que fixam os prazos de prescrição.....	77
23.1. A interpretação das regras pertinentes à prescrição	77
24. A inderrogabilidade dos prazos prescricionais no direito brasileiro	78
25. Momento de exercer a exceção de prescrição	79
26. Arguição em recurso extraordinário ou especial.....	83
27. Prescrição da execução.....	84
27.1. Prescrição na fase de liquidação de sentença.....	86
27.2. Prescrição da execução individual de sentença coletiva em ação civil pública.....	87
27.3. Título executivo judicial que dá origem à execução de obrigação de fazer e de pagar	89
28. Prescrição da execução civil da sentença penal	90
29. Acolhida judicial da prescrição <i>ex officio</i>	92
30. Declaração <i>ex officio</i> da prescrição intercorrente em execução fiscal.....	93
31. A indisponibilidade dos direitos do absolutamente incapaz reconhecida pelo art. 194 do CC/2002.....	94
32. Arguição pelo Ministério Público.....	95
33. Arguição pelo curador.....	95
34. A possibilidade de declaração <i>ex officio</i> da prescrição.....	95
35. A sistemática da prescrição no Código Civil de 2002.....	97
36. As regras do CPC/2015 quanto ao tema	102
37. Um grave equívoco ideológico cometido pelo legislador processual.....	104
38. Conclusões recomendáveis em face da revogação do art. 194 do Código Civil.....	107
Capítulo V – Da Responsabilidade Civil pela Ocorrência da Prescrição.....	109
39. Responsabilidade civil do assistente dos relativamente incapazes	109
40. Os absolutamente incapazes	110
41. Relativamente incapaz que não tem representante legal	111

42. Representante de pessoa jurídica	111
43. A prescrição em face dos sucessores	112
44. Prescrição a favor do sucessor.....	113
44.1. Prescrição em caso de sub-rogação	114
Capítulo VI – Das Causas que Impedem ou Suspendem a Prescrição.....	117
45. Obstáculos ao curso da prescrição	117
46. As causas de impedimento ou suspensão	117
47. A suspensão da prescrição por força maior.....	118
47.1. A suspensão e o impedimento da prescrição durante a pandemia do coronavírus (Lei nº 14.010/2020)	120
48. A prescrição e o dolo ou coação contra o titular da pretensão.....	121
49. Impedimento ou suspensão por causas subjetivas bilaterais.....	122
50. Cônjuges.....	122
51. Cônjuges separados	123
52. Ascendentes e descendentes	125
53. Tutela e curatela.....	126
54. Impedimento ou suspensão subjetiva unilateral.....	126
55. Os absolutamente incapazes	127
55.1. Os curatelados impossibilitados de manifestar a vontade.....	129
55.2. Prazos decadenciais	131
56. Os ausentes do País	131
57. Serviço de guerra.....	132
58. Impedimento objetivo da prescrição.....	132
59. Condição suspensiva	133
59.1. O <i>pactum de non petendo</i>	134
60. Prazo vencido	137
61. Impedimento da prescrição pela evicção.....	138
61.1. Prazo prescricional da evicção.....	139
62. A ação civil e a ação penal.....	140
63. Os credores solidários e a suspensão da prescrição.....	143
Capítulo VII – Das Causas que Interrompem a Prescrição.....	145
64. Interrupção da prescrição.....	145
65. Causas naturais de interrupção	146
66. Oportunidade da interrupção	146

67. Unicidade da interrupção	147
68. Causas de interrupção	150
69. Citação ou a juizamentoda ação.....	151
70. Dinâmica da interrupção da prescrição por meio da citação	151
70.1. Regras processuais a observar.....	153
70.2. Prazos do CPC	155
70.3. Suprimento da citação.....	156
70.4. Extinção do processo sem resolução do mérito	157
70.5. Citação pessoal e outras formas de citação	158
70.6. Citação e mora pré-constituída.....	159
70.7. A interrupção da prescrição em hipótese de medida provisória antecedente	161
70.8. Alguns julgados do STJ sobre interrupção da prescrição pela citação	162
71. Protesto judicial.....	167
72. Protesto cambial	168
72.1. Interpelação extrajudicial	170
73. Apresentação do título de crédito em juízo sucessório	171
74. Apresentação do título de crédito em concurso de credores	171
75. Ato judicial de constituição em mora do devedor	173
76. Reconhecimento do direito pelo devedor	175
77. Retomada da prescrição	177
78. Processo anulado ou extinto sem resolução de mérito	178
78.1. Quando a citação não interrompe a prescrição.....	181
78.2. Liminar que inibe a ação do credor.....	181
79. Prescrição intercorrente	182
79.1. A prescrição intercorrente e o Código de Processo Civil de 2015.....	184
79.2. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015.....	187
79.3. Prescrição intercorrente e morte do credor	189
79.4. Prescrição intercorrente no processo de conhecimento	191
80. Legitimação para promover a interrupção da prescrição	193
81. Limites subjetivos da interrupção da prescrição	195
82. Obrigações solidárias.....	195
83. A morte do devedor solidário	196
84. Fiador.....	197
85. Litisconsórcio necessário e interrupção da prescrição.....	199
86. Limites objetivos da interrupção.....	201

Capítulo VIII – Dos Prazos da Prescrição. Generalidades	203
87. Inovações.....	203
87.1. A prescrição e o Código de Defesa do Consumidor.....	204
87.2. Particularidades da prescrição e da decadência, em matéria de responsabilidade civil, segundo o Código de Defesa do Consumidor.....	206
87.3. A prescrição na arbitragem e mediação.....	210
87.4. A prescrição na Lei de Defesa da Concorrência.....	213
88. Regime da prescrição do crédito tributário.....	214
88.1. O regime da prescrição em face da execução fiscal.....	218
88.2. Prescrição na execução contra a Fazenda Pública.....	223
88.2.1. Cancelamento do precatório e prescrição da execução contra a Fazenda Pública.....	224
88.2.2. Prescrição da pretensão ao ressarcimento de danos havidos em razão dos desfalques em conta individual vinculada ao Pasep.....	225
89. O regime da prescrição em relação aos créditos trabalhistas.....	227
89.1. Prescrição e decadência em relação aos créditos de relação de trabalho.....	227
89.2. Regra geral dos prazos prescricionais.....	227
89.3. Prescrição relativa a acidente de trabalho.....	228
89.4. Prescrição relativa às verbas de FGTS.....	229
89.5. Prescrição total ou parcial, em caso de prestações sucessivas.....	230
89.6. Interrupção da prescrição.....	231
89.7. Prescrição intercorrente.....	232
90. A prescrição e o direito intertemporal.....	233
90.1. A necessidade de submeter-se aos princípios básicos do direito intertemporal.....	237
90.2. Compatibilização do art. 2.028 com o princípio da irretroatividade das leis.....	238
Capítulo IX – Dos Prazos de Prescrição no Código Civil	241
91. Prazo ordinário de prescrição.....	241
92. Ações reais e ações pessoais.....	242
93. Responsabilidade contratual.....	244
93.1. Alguns julgados do STJ sobre descumprimento contratual.....	248
94. Cálculo do prazo.....	251
94.1. Definição do termo inicial.....	251
95. A redução da prescrição e o direito intertemporal.....	253

96. Prescrição ânua.....	254
97. Hospedeiros e fornecedores de víveres para consumo no próprio estabelecimento	255
98. Contrato de seguro	255
98.1. Seguro de responsabilidade civil.....	256
98.2. Prescrição em face do terceiro beneficiário do seguro	258
98.3. Seguro em grupo.....	259
98.4. Comunicação do sinistro ao segurador e o começo da fluência da prescrição.....	260
98.5. O posicionamento do STJ sobre o tema	261
98.6. Prescrição diferente na previsão do CDC e do CC.....	262
98.7. Evolução da jurisprudência sobre a contagem da prescrição em caso de seguro.....	262
98.8. A prescrição do contrato de seguro e o Código de Defesa do Consumidor	266
98.9. Alguns julgados do STJ sobre o tema de seguros.....	267
99. Custas, emolumentos e honorários	273
100. Perito avaliador	274
101. Liquidação da sociedade.....	274
102. Pensão alimentícia	275
102.1. Pensão alimentícia solvida por terceiro.....	276
102.2. Pensão alimentícia decorrente da prática de ato ilícito	277
103. Aluguéis de imóveis.....	277
104. Rendas temporárias ou vitalícias	278
105. Juros, dividendos e prestações acessórias	279
105.1. Correção monetária.....	281
106. Enriquecimento sem causa.....	281
107. Repetição de indébito	282
107.1. Visão pretoriana moderna do enriquecimento sem causa.....	283
107.2. Observações conclusivas.....	285
107.3. Alguns julgados do STJ sobre o tema.....	286
108. Reparação civil do dano <i>ex delicto</i>	294
108.1. Responsabilidade indenizatória do Poder Público e de exploradores de serviços públicos.....	296
108.2. Dano ocorrido após a relação trabalhista.....	297
109. Restituição de lucros ou dividendos indevidos.....	297
110. Pretensões derivadas de violação da lei ou dos estatutos sociais.....	298

110.1. Fundadores da sociedade anônima	299
110.2. Administradores e fiscais.....	299
110.3. Liquidante	300
111. Títulos de crédito	300
111.1. Títulos cambiários e cheque	301
111.2. Debêntures.....	305
112. Beneficiário do seguro	306
113. Prescrição entre tutor e pupilo	308
114. Dívidas líquidas documentadas	309
114.1. Jurisprudência do STJ sobre o tema	309
115. Profissionais liberais, procuradores judiciais, curadores e professores	312
115.1. Honorários advocatícios	313
116. Recuperação das despesas processuais.....	314
Capítulo X – Da Prescrição em Face da Fazenda Pública e dos Contratos Regulados por Leis Especiais	317
117. Fazenda Pública, entidades paraestatais e concessionários de serviços públicos	317
117.1. Prescrição de reparação por desapropriação indireta	324
117.2. Reparação ao erário	326
117.3. Ação de indenização contra a Administração Pública	331
117.4. Prescrição dos benefícios previdenciários	336
117.5. Prescrição na Lei de Improbidade Administrativa.....	337
118. Prazos de prescrição aplicados a contratos regulados em lei especial	340
Capítulo XI – Da Decadência	345
119. O regime velho	345
120. O regime do atual Código Civil	345
121. A virtude da solução encontrada pelo Código Civil	347
122. Conexão do direito material com o direito processual.....	349
123. Fundamento da decadência	350
124. Direito intertemporal	351
125. Decadência e direito adquirido	351
126. A fatalidade do prazo de decadência	353
127. O termo final do prazo de decadência	355
128. A decadência no âmbito do direito processual	364
128.1. Prescrição e decadência nas relações de consumo	368

129. Prejuízos de incapazes por culpa dos representantes legais.....	370
130. Decadência e pessoa jurídica.....	371
131. Renúncia da decadência.....	372
132. Decretação da decadência <i>ex officio</i>	373
133. Decadência convencional	375
134. Julgamento de improcedência liminar do pedido	376
135. Alguns julgados do STJ relativos ao prazo de decadência	376
Índice Alfabético-Remissivo	385
Bibliografia	393